



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

PARECER Nº ____/2022

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em decisão terminativa, ao Projeto de Lei nº 79/2022, de autoria do Vereador Mário Brandão – PL, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérpretes ou tradutores da língua brasileira de sinais (LIBRAS) nos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, fundacional, nas empresas concessionárias de serviços públicos e nos eventos promovidos pelo Município de Santana e dá outras providências, a qual esta comissão opina pela sua rejeição.

AUTOR: MÁRIO BRANDÃO - PL

I – RELATÓRIO

De autoria do Vereador Mário Brandão – PL, o Projeto de Lei nº 79/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérpretes ou tradutores da língua brasileira de sinais (LIBRAS) nos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, fundacional, nas empresas concessionárias de serviços públicos e nos eventos promovidos pelo Município de Santana e dá outras providências, foi regularmente protocolado junto à Secretaria Legislativa, em 17 de novembro de 2022.

A presente propositura já esteve em pauta, nos termos regimentais, em sessão Ordinária, nos termos dos artigos 85 e 92 do Regimento Interno Consolidado da Câmara Municipal do Município de Santana.

Em continuidade ao processo legislativo, obedecido ao prazo regimental, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo artigo 134, §1º do já citado Regimento Interno.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

Compete-nos nesta oportunidade, em atendimento às determinações do §1º do artigo 40 do Regimento Interno, analisar a propositura quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico.

II – VOTO DO RELATOR

Trata-se de proposição de iniciativa do Vereador Mário Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérpretes ou tradutores da língua brasileira de sinais (LIBRAS) nos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta, fundacional, nas empresas concessionárias de serviços públicos e nos eventos promovidos pelo Município de Santana e dá outras providências.

Todavia, a matéria pretendida por meio do Projeto de Lei nº 79/2022, já existe no ordenamento jurídico Municipal, previsto na Lei nº 1.338/2020 de autoria do ex-vereador Genival Oliveira, sendo assim havendo óbice para aprovação.

Diante do exposto acima, o parecer é pela REJEIÇÃO na integralidade do Projeto de Lei nº 79/2022.

Josivaldo Abrantes
Josivaldo Abrantes – PDT

Relator

III – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara Municipal de Santana, em reunião decidiu pela REJEIÇÃO na integralidade do Projeto de Lei nº 79/2022.

VOTOS PELA APROVAÇÃO

Vereador Dr. Luiz Otávio – CIDADANIA

PRESIDENTE



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

Vereador Josivaldo Abrantes – PDT

RELATOR

Vereador Luizinho de Santana – REPUBLICANOS

MEMBRO

VOTOS PELA REJEIÇÃO

Vereador Dr. Luiz  Otávio – CIDADANIA

PRESIDENTE


Vereador Josivaldo Abrantes – PDT

RELATOR

Vereador Luizinho  de Santana – REPUBLICANOS

MEMBRO



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CASA DO JUIZADO ELEITORAL

Processo Administrativo nº 10.000.000-000000000000

RELAÇÃO

Voto do Juiz de Direito - REPUBLICANO

MEMÓRIA

VOTOS RELAÇÃO

Voto do Juiz de Direito - REPUBLICANO

PRESTIÇÃO

Voto do Juiz de Direito - REPUBLICANO

RELAÇÃO

Voto do Juiz de Direito - REPUBLICANO

MEMÓRIA